

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA - FOA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA - UniFOA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL TRABALHO

DE CONCLUSÃO DE CURSO

TALINE SILVA CAMARGO

**SERVIÇO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

**PARA A CIDADANIA BRASILEIRA**

**VOLTA REDONDA**

**2021**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA - FOA**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA - UniFOA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**SERVIÇO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR**  
**PARA A CIDADANIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social do UniFOA como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluna: Taline Silva Camargo

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Ramalho Gandra

**VOLTA REDONDA**

**2021**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Taline Silva Camargo

Título: Serviço Social: a importância da educação popular para a  
cidadania brasileira

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Ramalho Gandra

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcos Aurélio Ramalho Gandra

---

Prof. Dr. Hélio de Lena Júnior

---

Prof. Esp. Ailton da Silva Carvalho

Sou grata ao universo misterioso e perfeito,  
que nele tudo se concretiza, pelas bênçãos  
que habitam em minha vida, pela saúde  
que habita em meu corpo e pela sabedoria  
em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação as seguintes pessoas: Primeiramente, ao meu eu interior, que nunca deixou de acreditar que sempre seria capaz de realizar os meus sonhos. Aos meus familiares que estiveram presentes em minha trajetória, a minha querida prima, em especial, Caroline Silva Velasco, por me apoiar e caminhar comigo nesta trajetória, a minha companheira, Jê Ômega Rodrigues de Carvalho, por todo o apoio e ajuda que muito contribuiu para realização deste trabalho.

A todos os professores do curso de Serviço Social, UniFOA, em especial a Prof<sup>a</sup> Me. Rozana Aparecida de Souza, que não faz mais parte do grupo docente, mas que tenho um imenso carinho e admiração. Aos meus colegas de curso e a minha pequena e grande turma, com quem convivi intensamente durante os últimos quatro anos, pelo companheirismo, pela troca e solidariedade.

Por fim, agradeço aos Deuses e pelo Universo, que fez com que meus objetivos fossem alcançados e a inspiração e sabedoria.

## RESUMO

Este trabalho analisa a importância da educação popular para uma cidadania ativa por meio da interdisciplinaridade entre Serviço Social e Pedagogia. Através de análise bibliográfica conceituou-se um breve histórico das políticas públicas educacionais no território brasileiro. Para em seguida situar o profissional de Serviço Social e a sua relação de interdisciplinaridade com a Pedagogia. O autor e filósofo Paulo Freire foi escolhido como referência por sua trajetória e importância acadêmica, como educador e teórico de uma educação libertadora. Verificou-se, portanto, que a interdisciplinaridade entre o Serviço Social e a Pedagogia na área educacional, contribui para que indivíduos sejam reconhecidos e se reconheçam através de uma cidadania ativa.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Educação; Cidadania.

## **ABSTRACT**

This work analyzes the importance of popular education for an active citizenship through the interdisciplinarity between Social Work and Pedagogy. Through bibliographical analysis, a brief history of educational public policies in the Brazilian territory was conceptualized. To then situate the Social Work Professional and their interdisciplinary relationship with Pedagogy. The author and philosopher Paulo Freire was chosen as a reference for his trajectory and academic importance, as an educator and theorist of a liberating education. It was verified, therefore, that the interdisciplinarity between Social Work and Pedagogy in the educational area, contributes to not being granted and to being recognized through an active citizenship.

**Key-words:** Social service; Education; Citizenship.

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1: História da educação e cidadania .....</b>	<b>12</b>
1.1 Marcos educacionais a partir da década de 1930 .....	12
1.2 Capital social e capital cultural conforme o sociólogo Pierre Bordieu .....	18
1.3 Educação libertadora de Paulo Freire e educação popular .....	21
<b>Capítulo 2: Atuação dos Assistentes Sociais .....</b>	<b>28</b>
2.1 Breve histórico: surgimento e atuação dos profissionais de Serviço Social em 1930 no Brasil.....	28
2.2 Questão Social, pauperismo e exclusão educacional no capitalismo maduro.....	29
2.3 Nova atuação: reflexão referente ao movimento de reconceituação da profissão na América Latina.....	32
2.4 Atuação do Assistente Social com a perspectiva marxista.....	34
<b>Capítulo 3: Educação popular para uma cidadania ativa: a contribuição do Serviço Social .....</b>	<b>38</b>
3.1 Quem foi Paulo Freire .....	38
3.2 Cidadania na perspectiva de Paulo Freire.....	43
3.3 Importância da educação para uma cidadania ativa. ....	45
3.4 Interdisciplinaridade entre a atuação dos profissionais de Serviço Social e de	

Pedagogia.....	47
3.5 A atuação do assistente social na perspectiva educacional para uma cidadania ativa e preparada para a garantia de direitos. ....	49
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>55</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Ao se falar de Serviço Social na sociedade brasileira, assim como em outros países da América latina, é preciso se ater que nem sempre a atuação do Assistente Social, assim como o objetivo político da profissão, foram os mesmos. Da mesma forma, discorrer acerca da teoria ou prática educacional exige o reconhecimento do meio social a que esta se destina, contexto esse que muda consideravelmente através do tempo e do espaço. Desta forma, mesmo que a relação entre as duas profissões – profissional docente e profissional de Serviço Social – sempre tenha existido, a mesma se modificou ao longo do tempo. Assim este trabalho, visa analisar a interdisciplinaridade entre o Serviço Social e a Pedagogia, na atualidade, a fim de reconhecer o papel da educação nos movimentos sociais como um dos fatores mais importantes para a conquista e garantia de direitos sociais, políticos e econômicos.

Para estabelecer um panorama específico acerca da educação e delimitá-la, este estudo optou por abordar as teorias pedagógicas de Pierre Bourdieu e Paulo Freire. A perspectiva de análise foi a da Educação Popular - como instrumento de conquista e garantia de direitos - e o fazer profissional do Serviço Social na área educacional, dentro da atualidade da sociedade brasileira. Dessa forma, este estudo começa por estabelecer um breve histórico da educação e cidadania brasileira, a fim de reunir escopo necessário para análise. Da mesma forma, em sequência, disserta-se a respeito da atuação das/os assistentes sociais na década de 30 de modo a comparar com sua atuação após o momento de reconceituação do Serviço Social. Por fim buscou-se analisar os pontos onde ambas as perspectivas se cruzam e se complementam, a fim de ressaltar o papel

da interdisciplinaridade entre as profissões frente a um único objetivo: a conscientização da população brasileira para que possa usufruir de uma cidadania ativa no intuito de reconhecer e reivindicar os direitos garantidos pelas legislações.

Este trabalho é relevante aos profissionais de Serviço Social e de Pedagogia, por apresentar pontos onde a interdisciplinaridade tem papel chave para a garantia de direitos e o fazer profissional destes dois campos de conhecimento. A metodologia aqui utilizada constitui-se de análise bibliográfica.

## CAPÍTULO I

### HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E CIDADANIA

#### 1.1- Marcos educacionais a partir da década de 1930

A educação é um processo fundamental no desenvolvimento do homem e da sociedade, se tornando um dos princípios básicos para sua sobrevivência em grupos sociais e em determinados grupos culturais. Dessa forma, para a compreensão do cenário educacional brasileiro atual, faz-se necessário traçar um histórico das políticas educacionais adotadas no país a partir da década de 1930.

A Revolução de 1930, considerada o marco do rompimento da Primeira República que se baseia em uma sociedade dominada politicamente pelas oligarquias rurais, aponta para um processo de modernização econômica conservadora que levou ao crescimento das cidades e fortalecimento da industrialização, o que, por sua vez, forçou a propagação dos valores do capitalismo brasileiro através dos diversos grupos sociais.

A partir deste cenário de urbanização no Brasil da Era Vargas, foi possível pensar, através de um viés mecanicista, o acesso à educação para diversos grupos sociais. Desta forma é importante citar dois movimentos ideológicos à época que foram desenvolvidos por intelectuais brasileiros que se viram diante das necessidades de abertura e aperfeiçoamento de escolas: entusiasmo e otimismo pedagógico. Os movimentos se caracterizavam pela mobilização de aberturas de escolas e com a melhoria das condições didáticas na rede escolar.

Segundo o livro *Educação e Sociedade na Primeira República*<sup>1</sup>, Jorge Nagle disserta que o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico são características da década de 1920, resultantes das ações que incluem o debate sistemático acerca dos assuntos fundamentais para a inserção de discentes e a qualidade educacional, temas ainda presentes na atualidade, como o combate ao analfabetismo, através de movimentos sociais e políticos. Os ideais republicanos e democráticos podem estar interligados com a compreensão da necessidade de oportunidade educacional para todos, garantindo, portanto, a universalização do ensino para a camada popular.

No período da República Velha, a acumulação do capital, a partir da produção e exportação de café, foi determinante para o crescimento industrial do Brasil, em especial de São Paulo. Consequentemente, o crescimento da força de trabalho industrial exigiu novas formas de controle sobre a ação reivindicativa desta, mas também a formação técnica necessária para a atividade industrial.

Na nova era que se anunciava, fazia-se mister pensar no investimento em educação. Assim, em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, pelo governo provisório de Getúlio Vargas. E dois anos seguintes, em 1932, ocorreu o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, liderado por Fernando de Azevedo, documento que incluía a reivindicação de um sistema de ensino adequado às necessidades apresentadas e utilizava como princípio a democratização do ensino, através de escolas públicas para todos os cidadãos brasileiros.

Já em 1934, a nova Constituição (Segunda República) redigia pela

---

<sup>1</sup> NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

primeira vez que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Ainda no mesmo ano, foi criada a primeira norma do Estatuto da Universidade Brasileira e em 1935 o secretário Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal.

"O prático desconhecimento dos fatos entre 1930-1937, para não dizer 1930-1945, faz com que os estudiosos - economistas, sociólogos e historiadores - prefiram 'englobar' suas opiniões, tornando-as genéricas, o que os leva a afirmar que a 'indústria brasileira nasce com a revolução de 1930'; 1930 assinala 'o predomínio da indústria sobre a agricultura'; o 'getulismo é força principal em todo este período' etc. Estes conceitos vagos confundem os problemas, pois neste momento de transição as questões são complexas e exigem análise acurada, no geral e no particular." (1973, p.5)

Após o golpe de Estado de 1937, que conferiu poderes ditatoriais a Getúlio Vargas, foi instaurada a Ditadura do Estado Novo, caracterizada por ser uma das repressões mais drásticas da história do Brasil. Apesar deste cenário, é possível destacar que Anísio Teixeira inaugurou o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, enfatizando sua pesquisa de escola-classe e escola-parque, entretanto, não foi executado pelos governos seguintes, sendo abandonado em suas propostas iniciais. Enquanto o educador Lauro de Oliveira iniciou uma didática baseada nas teorias de Jean Piaget: método psicogênico.

No governo de João Goulart, em 1961, foi publicada a primeira LDB Lei 4024/61. Lei esta que já tinha sido encaminhada desde 1948 para os poderes Executivo e Legislativo, sendo aprovado apenas treze anos após seu encaminhamento. A publicação desta lei representou um grande avanço nas

diretrizes e bases nacionais da educação por regulamentar o ensino brasileiro, organizando a educação em três fases: ensino primário, ensino ginásial e ensino colegial.

Em 1964, instaurou-se o golpe civil-militar no Brasil, realizado pelas forças e interesses de grandes empresários brasileiros, proprietários de grandes parcelas de terras. Sua ação contou com a participação das forças armadas. A ditadura civil-militar que se implantou a partir deste momento resultou em um período responsável por uma forte censura e opressão de direitos civis, políticos e econômicos aos indivíduos. Os vinte e um anos de ditadura foram marcados por restrições de direitos políticos, censura à comunicação e cultura, intensa perseguição policial aos opositores, juntamente com inumeráveis casos de tortura e assassinato.

A reformulação da Lei 4.024/61 passando a vigorar através da lei 5.562/71, trouxe resoluções de demandas apresentadas pela classe trabalhadora, e os representantes deste governo se viram diante uma oposição, articulando-se entre si para repensar a educação. A partir deste ponto abriram uma ação legislativa para que pudessem legitimar o projeto criado pelos mesmos, a fim de acalmar e silenciar de forma fraudulenta a classe trabalhadora. Apesar desta dominação, é impossível não citar a extinção do exame de admissão contido na lei anterior que determinava que os cidadãos poderiam estar inseridos na educação pública até o primário só tendo acesso ao ginásial através da sua aprovação no mesmo exame. Dessa forma a inserção se estendeu sem barreiras até o ensino ginásial. Mesmo assim a inserção na educação pública ainda não era uma ação de caráter obrigatório.

O Milagre Econômico representava o período de 1969 a 1973, período

onde se deu o crescimento da economia representada pelo PIB, contudo a riqueza gerada se acumulava nas mãos de poucos. Dentro deste mesmo cenário é notória a existência de crimes de tortura, que por sua vez incidiu no aumento da rejeição ao regime político. Em 1978 algumas mudanças foram feitas como, por exemplo, a revogação do AI-5, o que contribuiu para o resgate das salvaguardas constitucionais que garantissem os direitos fundamentais.

O cenário de greves, lutas estudantis e de outros movimentos, contribuiu para o enfraquecimento do regime ditatorial, culminando com as manifestações, em 1984, reivindicando eleições diretas para presidente. Estes protestos realizados por artistas, políticos, estudantes e trabalhadores, não foram suficientes para a realização das eleições diretas, e desta forma a presidência, mesmo ocupada por civis, não havia sido escolhida pela população, além de ser tutelada pelos militares. Acresça-se o fato de o país herdado dos militares estar mergulhado em grandes dificuldades, como o agravamento das desigualdades sociais, o endividamento externo e o descontrole inflacionário.

O processo de democratização do país passava pela necessidade da construção de uma nova Constituição, permeada por avanços democráticos. Assim, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi possível estabelecer nove títulos, sendo eles: Princípios fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Organização do Estado; Organização dos Poderes; Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Tributação e Orçamento; Ordem Econômica e Financeira; Ordem Social; e Disposições Constitucionais Gerais.

A Carta Magna de 1988 trouxe avanços para a democracia e a promoção da cidadania, garantindo, por exemplo, direitos fundamentais e sociais,

entre eles a eleição direta, liberdade de expressão, criação do Sistema Único de Saúde, garantia a direitos trabalhistas, igualdade de gêneros, etc.

Também é importante citar como exemplo o documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, território Espanhol em 1994, cujo objetivo é de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reparação de políticas e sistemas educacionais através da inclusão social. Garantindo que toda criança considerada com necessidades educativas especiais deve ser recebida e incluída em suas especificidades, ou seja, a escola deve se adaptar para que o ensino seja diversificado. Mesmo não sendo algo firmado em território brasileiro, vale salientar a importância deste documento considerado mundial.

Complementando a trajetória brasileira descrita no decorrer do texto, diante da redemocratização foi possível se pensar na regularização do sistema de ensino do país, sendo alterada a Lei Diretrizes e Bases da Educação pela segunda vez. Lembramos que a LDB foi promulgada e aprovada em 1996 com 349 votos a favor e 73 votos da oposição, resultando no sancionamento da Lei pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta Lei nº 9.394/1996 estabeleceu dois níveis sendo eles: Educação Básica, sendo caracterizada por etapas a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, e Educação Superior.

Esta lei conceitua a importância da educação e sua amplitude através do desenvolvimento da vida dos discentes e docentes, permitindo, portanto, que exista a garantia e o acesso universal a educação para todos os indivíduos no território brasileiro. Ademais, o que torna a LDB um instrumento eficaz é a sua aplicação na realidade escolar, o que exige a participação ativa, não só dos

gestores e professores, como também de toda a comunidade escolar unida para uma finalidade em comum: formar o cidadão.

Segundo o Dicionário Priberam<sup>2</sup>, cidadão é o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado livre”. Também, para Carvalho, 2018:

“Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.” (CARVALHO, 2018, p.15)

Sendo assim, para formar cidadãos torna-se imprescindível que o sujeito se torne conhecedor de seus direitos e deveres, a fim de poder de fato exercer a sua cidadania. É nesse sentido que o método Paulo Freire sobre educação popular surge como um meio eficaz na garantia à educação almejada pela LDB, tornando-se um instrumento em consonância com os objetivos do Serviço Social.

## **1.2- Capital social e capital de cultura em Pierre Bourdieu**

Pierre Félix Bourdieu nasceu no ano de 1930, na França, tem descendência de pais proletários e camponeses. Mudou-se para cursar Filosofia na École Normale Supérieure, concluindo sua graduação no ano de 1954. Foi docente assistente na Universidade Argel nos anos de 1958 a 1960, se aprofundando no debate antropológico e nas organizações sociais da sociedade cabila, sistema colonial cabila e em suas estruturas e desculturação.

Em 1962, fundou o Centro Europeu de Sociologia, tornando-se diretor de estudos da Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais. Seu estudo se

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cidadania> Acessado 05 de Dezembro de 2021.

baseia na observação e análise dos hábitos culturais condicionados pela experiência social de cada grupo: classe operária, classe média e/ou burguesia. Em 1981 foi reconhecido internacionalmente, assumindo a cátedra de Sociologia no College de France.

É possível descrever a escola como uma instituição que promove processos de ensino para discentes, com o objetivo de formação e desenvolvimento individual em aspectos culturais, sociais e cognitivos. É através dela que o ensino é transmitido de forma democrática para todos os cidadãos.

Nesse sentido, para Pierre Bourdieu os conceitos sociais são um sistema hierárquico, já que discentes pertencentes a diferentes grupos sociais possuem diferentes experiências sociais. Segundo o autor, alunos pertencentes à classe burguesa trazem consigo uma herança cultural. Esta herança cultural ou também conhecida como capital de cultura representa um conjunto de crenças, técnicas, saberes culturais e tradições que são transmitidas através de grupos sociais ao longo das gerações, ou seja, o saber socialmente reconhecido por meio do diploma.

A cultura é representada e compreendida como comportamento e tradições e conhecimentos de um determinado grupo social, incluindo uma rede de símbolos e significados e valores que dão personalidade a grupos sociais ou uma sociedade. Bourdieu disserta que a cultura em uma sociedade dividida em classes, dentro do sistema escolar, “se transforma em uma espécie de moeda, que as classes dominantes utilizam” (Maneschy, 2010) resultando em um instrumento de ação.

“O habitus é, segundo expressão do próprio Bourdieu, uma "inconsciência de classe" que, para as classes menos favorecidas, atua

no sentido da inação e reprodução de suas condições de vida. Com esses exemplos observa-se que os aspectos mais psicológicos do conceito de habitus incorporam as idéias de Kohn, já mencionadas, embora este autor não faça parte das fontes teóricas de Bourdieu: O habitus explicaria o conformismo e a submissão à autoridade das classes subalternas e a autonomia ou self-direction das classes dominantes.” (SILVA, 1995, p.26)

Conforme a publicação de Silva, capital cultural é uma expressão utilizada por Bourdieu para representar a diferenciação do capital econômico na vida dos indivíduos, ou seja, de uma classe dentro da sociedade. “De uma certa forma o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classes ou de setores de classes”<sup>3</sup>. É notório que isto se torna visível dentro do sistema escolar, visto que a escola realiza a seleção de conhecimentos para uma ordem social preexistente, ou seja, havendo uma separação de discentes dotados de “capital de cultura”. Mediante esta ação, o sistema escolar reproduz o estigma da distribuição de cultura e instaura uma censura entre discentes, ordenados por uma relação de hierarquia.

Diante de conceitos de Bourdieu, o arbitrário cultural dominante é denominado através de ações pedagógicas que resultam em uma violência simbólica, fazendo com que conceitos culturais de grupos pertencentes à classe dominante sejam impostos a toda sociedade através do sistema de ensino. Desfavorecendo, portanto, a cultura de outros grupos sociais, pois estes discentes não dominam o conceito do “capital de cultura”, fazendo com que haja uma dificuldade ainda maior na vida dos alunos. Como afirma o próprio autor:

---

3

Tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal emoção se revela por manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor, diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na “fratura do eu”, a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU: 2001, p. 205).

Com isto, é possível afirmar que discentes pertencentes a grupos sociais com acesso à cultura diplomada possuem mais facilidade de acesso ao sistema escolar, do que discentes que não possuem estas culturas. Resultando, portanto, na desvalorização e marginalização da cultura da classe operária, pois subentendesse que este indivíduo não é capaz de compreender as culturas que a escola impõe. Contudo é preciso refletir sobre as ações pedagógicas adotadas no sistema de ensino.

### **1.3- Educação libertadora de Paulo Freire**

Paulo Freire foi um educador brasileiro de grande transcendência para a educação, através da criação de métodos inovadores no ensino da alfabetização de jovens e adultos. O seu método ganhou importância e reconhecimento internacionalmente.

A conscientização para Paulo Freire reflete no entendimento da realidade do ser humano, compreendendo realidades diversas acerca de uma sociedade de classes, assim pode-se destacar que a conscientização está

caracterizada nas ações-reflexões, no desdobramento da capacidade humana de desvendar a realidade do homem, em uma perspectiva crítica e histórica, compreendendo que a consciência é um ato transformador.

O livro “Conscientização”<sup>4</sup> publicado por Paulo Freire possui grande seriedade para o compromisso em relação ao mundo e com nós mesmos, compreendendo que sujeitos fazem e refazem o mundo a partir de suas histórias e culturas. A obra tem um caráter crítico, apontando levantamentos e reflexões frente a um mundo que possui histórias traçadas através do processo histórico e cultural, no qual o coletivo foi e é dividido por classes e dominado por uma ordem social que dita um padrão de cultura. Cultura, aquela que predomina, tem valores enraizados em padrões europeus, valorizando, portanto, aquele que possui este capital.

A importância da obra de Freire para a formação de professores está interligada com a ideia de que os docentes devem se tornar sujeitos instigadores de reflexões frente à realidade e que respeitem o conhecimento dos discentes, trabalhando, assim, para que todos possam se tornar sujeitos históricos ativos dentro do coletivo.

Pode-se perceber que, a denominação a escravidão de terras se dá por servos e escravos, que participam diretamente dos meios de produções, Freire, portanto, através de seu método de alfabetização, desperta para a conscientização da contradição fundamental do sistema capitalista, que se baseia em relações de

---

<sup>4</sup> FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

exploração do trabalho. Para Marx a classe trabalhadora se classifica através da exploração.

[...] o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. MARX, Karl. O Capital, p. 829-830

Historicamente, o capital implicou diretamente no acúmulo de riquezas, como terras demais meios de produção, resultando nas propriedades privadas adquiridas pela classe burguesa. Freire reflete sobre a escravidão, concentração de terras e do conhecimento educacional, pois o oprimido não estava inserido como um sujeito de cultura e de direitos. Com isso, os detentores do poder não permitiam que as classes trabalhadoras se inserissem de forma plena na educação, pois para eles a educação para proletários deveria ter um caráter tecnicista, o que resultava na renegação da classe, enquanto para os opressores, a educação devia partir do princípio de excelência.

[...] temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo [visão do povo], que se manifesta nas formas de sua ação, reflete a sua situação do mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto. (1987, p. 87)

Assim, historicamente a classe dominante conseguiu manter longe dos oprimidos, aqueles ditos como servos, escravos, trabalhadores, etc., o acesso a direitos, a informações e à educação significativa, resultando em uma negação de princípios fundamentais, pois para a classe dominante, a dominação prevalece

através da falta de conhecimento e das relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Freire destaca a expressão “leitura de mundo”, resultante da necessidade de conhecimento e aprofundamento da realidade em que se está inserido, para que a partir deste princípio haja uma intervenção. De acordo com o censo de 1940 a taxa de analfabetismo era de 56,17% considerada toda a faixa populacional. Freire partia destes pontos de saída, sendo considerado como valorizador da cultura, valores, saberes e memória dos oprimidos, compreendendo o sujeito, como um sujeito de direitos e um ser em processo constante de humanização. “Freire considera a ideia de que o ser humano é um ser no mundo, que a sua existência social passa a ser reconhecida a partir do momento em que ele capta pela sua consciência crítica a própria realidade” (MENDONÇA, 2008, p. 27)

Neste sentido, é possível afirmar que os seres humanos são seres para si, compreendendo que não são seres que somente existem no mundo, mas que estão em consonância com relações sociais, políticas e econômicas, sendo capazes de obterem consciência sobre si e sobre a sociedade. Freire afirma a importância de compreender a qualquer pessoa não como um objeto no processo educacional, mas sim como um sujeito.

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. (FREIRE, 2005, p. 83-84)

A educação popular se iniciou fora do meio educacional, no bojo de organizações sociais e populares, utilizando metodologias emancipatórias. Este movimento ganhou tanta força que acabou influenciando e se inserindo em espaços educacionais, através de movimentos sindicais, ONG's, associações de moradores, conselhos populares etc.

Sua proposta se baseia na necessidade da construção de consciência crítica dos sujeitos, de acordo com a realidade a sua volta, dando embasamento a um sujeito ativo na transformação da sociedade. Seu engajamento ganhou força nos anos 60 quando iniciou a leitura de realidade nacional com processos de formação com abordagens filosóficas e práticas educativas populares. Seu método se diferenciava por iniciar trabalhos relacionando as palavras e realidades dos discentes, como por exemplo cimento ou/e tijolo. Utilizando esta linguagem, o mesmo utilizava técnicas de entendimento sobre a realidade dos discentes na educação de jovens e adultos

Em 1964 foi criado o Programa Nacional de Alfabetização através do decreto nº 53.465, e seu objetivo foi a tentativa do Ministério da Educação e Cultura de coordenar movimentos de educação e de alfabetização. Paulo Freire foi o educador responsável e criador do método de alfabetização utilizado pelo programa, seu intuito era de instalar círculos de cultura, a fim de alfabetizar 1.834.200 adultos, utilizando métodos relacionados a sua compreensão de realidade. Este programa obteve pouca duração e terminou silenciado pela força das armas, ou seja, pelo Golpe Militar de 1964, pois o mesmo dava oportunidades à classe trabalhadora para a sua conscientização de classe com o desenvolvimento educacional.

Paulo Freire foi uma grande referência em relação a educação, tanto nacional quanto internacionalmente. Nos anos 1960 obteve grande sucesso em seu projeto de alfabetização, entretanto politicamente foi perseguido, por ser um grande instigador da compreensão da realidade. É notório que seu método é muito utilizado como referência para o reconhecimento dos indivíduos dentro de suas próprias realidades, ou seja, indivíduos que possuem a consciência de classe social têm mais chances de se tornarem cidadãos ativos na sociedade.

Foi possível obter ações relacionadas ao pensamento de uma educação democrática e universalizada pelos grandes pensadores da época. Esta ação trouxe avanços para a consciência de classe e a compreensão da educação de acordo com a realidade de cada indivíduo. Rompendo assim com estereótipos carregados por segregações de classes, raça, cultura e diversos outros aspectos. Todo esse processo, no período de democratização, contribuiu para a luta por educação pública, gratuita, laica e inclusiva para toda a sociedade e em todas as fases, sejam os indivíduos crianças, adolescentes ou adultos.

Freire após a extinção do Programa Nacional de Alfabetização, respondeu às pressões conservadoras, assim como recebeu inúmeras denúncias de que passou a ser um instrumento para o posicionamento partidário. Acusado de subversão e preso por 72 dias, após este episódio trabalhou e se capacitou na investigação em Reforma Agrária e escreveu um de seus livros de grande importância, "Pedagogia do oprimido"<sup>5</sup>.

Na atualidade nota-se que os avanços na educação resultam da ação dos movimentos sociais por conta da consciência de classe. Tais ações foram resultados de intensos debates que por sua vez tentaram levar projetos igualitários

---

<sup>5</sup> FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

à sociedade, como é possível observar nas legislações que tem por princípio a Constituição Federal de 88: Lei Diretrizes e Bases da Educação, PNE entre outras legislações que contribuíram para a melhoria da educação brasileira. Mesmo com todos esses avanços ainda é necessário problematizar e naturalizar o acesso à educação e aos direitos sociais, civis e políticos.

O educador Paulo Freire, portanto, tem grande importância para a sociedade e para o movimento de educação popular, pois é através dele que é possível se pensar em uma educação como restauração de direitos e poderes, rompendo com pensamentos dominantes e excludentes. Para Freire (1979, p.84) “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

## CAPÍTULO 2

### ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

#### **2.1- Breve histórico: surgimento e atuação dos profissionais de Serviço Social em 1930 no Brasil**

A história do Serviço Social no território Brasileiro surgiu na década de 30, este período foi representado pelos anos de incerteza, um momento turbulento vivenciado no território brasileiro carregado por manifestações da classe trabalhadora, demandando condições de trabalho e justiça social. Com esta pressão, o Estado no dia 26 de novembro de 1930, decidiu criar organismos normatizadores e disciplinares, tais como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Desta forma, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), com o objetivo era de reorganizar o setor previdenciário, com a inclusão de algumas categorias profissionais, como marinheiros e ferroviários, que trabalhavam com carteira assinada, garantindo aposentadoria e pensões a seus associados.

Segundo o pensamento de Lamamoto, a partir deste período, a Igreja Católica vinha se organizando para que pudesse reivindicar uma ampliação de sua cultura no território brasileiro. Resultando na oferta de formação específica para senhoritas e senhoras de famílias tradicionais com o intuito de realizar ações sociais. Com isso em 1936 foi criada a primeira Escola de Serviço Social no Estado de São Paulo.

Pode-se dizer que o Serviço Social na época do governo Vargas, começou a ocupar espaços juntamente com o Estado na lógica de controlar a pobreza e silenciar/amenizar vozes da classe operária.

Entre os anos de 1960 e 1970 os profissionais do Serviço Social receberam diversas influências norte-americanas, como destaca-se principalmente o tecnicismo baseado no positivismo e funcionalismo. Seu desenvolvimento ideológico se baseava nas formulações de políticas sociais da época, com o objetivo de traçar estratégias brasileiras a fim de controlar a população, difundindo a ideia desenvolvimentista.

Muitos profissionais com formação em Serviço Social foram acionados para ampliar seus estudos no EUA, incorporando as diretrizes e lógicas que o desenvolvimento da identidade da profissão revelava. Suas ações resultaram na mobilização de comunidades periféricas – com o intuito de que o país saísse do subdesenvolvimento, para alcançar de fato o desenvolvimento – juntamente com enfermeiros e psicólogos, para que pudessem por meio de mecanismos descobrirem demandas para solucionarem. Suas atuações eram referenciadas através da caridade: “passa a se utilizar de recurso que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana.” (IAMAMOTO, p. 207)

Os Assistentes Sociais se tornaram elementos primordiais para estas soluções, intervindo na sociedade com o planejamento, a partir de seus conhecimentos técnicos, contudo, suas ideias se baseavam na humanização do capitalismo.

## **2.2- Questão Social, pauperismo e exclusão social no capitalismo maduro.**

O aparecimento da questão social na sociedade está ligado diretamente a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo Badaró, em sua obra “A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo”, os autores Engels e Marx buscaram se empenhar pela superação da divisão da sociedade em classes

sociais. O movimento social foi dividido em dois tópicos para Engels, tais como: cartismo – dos mais atrasados e menos desenvolvidos – e socialismo – obtendo um horizonte mais amplo apresentando propostas práticas contra o pauperismo.

Já se previa como se desenvolveria a partilha do capital dentro da sociedade capitalista, visto que, “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”<sup>6</sup>. No passado os burgueses já eram detentores da força de trabalho da classe trabalhadora, utilizando escravos como mercadorias para triplicar seus lucros, diante desta reflexão, é possível partir do pressuposto de que a sociedade iria se transformar, entretanto, os meios de opressão seriam os mesmos embora também transformados.

Os autores argumentam que a alienação nas relações de trabalho se dá a partir do momento que a classe trabalhadora, não sendo proprietária dos meios de produção nem da mercadoria produzida, perde a consciência da sua produção e do motivo da mesma, ou seja, o trabalhador passa a produzir somente para aumentar o lucro dos detentores do meio de produção e não para satisfazer suas necessidades. Assim sua alienação só poderia ser superada, se houvesse a recuperação do controle do processo de produção.

Na obra *O capital*<sup>7</sup>, a interpretação de Marx sobre o processo histórico baseia-se nas conflituosas relações entre trabalhadores e capitalistas. E com isso, pode-se inferir que a construção desse modelo de sociedade está baseada na afirmação da propriedade privada e destituição da força de trabalho. Assim, o

---

<sup>6</sup> MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

<sup>7</sup> MARX, K. *O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*.

Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

capitalismo se garante através da propriedade privada que exclui o trabalhador direto da posse dos meios de produção, que estavam ligados com a reprodução das condições de vida.

O capitalismo maduro se desenvolveu durante o século XIX, caracterizado pela acumulação de capital, permitindo de forma gradativa a geração do capital através da exploração da classe trabalhadora, personagem principal para as relações de produção através da sua força de trabalho, ou seja, o proletariado tornado mercadoria é obrigado a vender sua força de trabalho, a fim de garantir sua sobrevivência em uma sociedade dominada pelo capital.

A definição da questão social é representada pelas expressões das desigualdades geradas pelo sistema capitalista, nesse sentido, as desigualdades sociais e econômicas estão interligadas, visto que ambas surgem das disparidades ocorridas na distribuição de renda. Sendo assim, a questão social traz resultados danosos a parcela da sociedade como podemos citar o pauperismo. Segundo Yamamoto:

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (1983, p.77)

A partir desta exploração, é possível dizer que o proletariado passou a reivindicar melhores condições de vida, sendo necessário a intervenção do Estado, para mediar e contornar esta situação. Entretanto, é possível destacar que, a medida em que o capitalismo se enraíza na sociedade e se fixa no controle e

domínio dos indivíduos, pode-se dizer que a questão social se torna mais latente, impondo ao proletariado uma terrível condição de vida.

Por décadas, a classe trabalhadora foi culpabilizada pelas inúmeras situações de vulnerabilidade social, nas quais os próprios indivíduos deveriam se estruturar e ajustar à uma sociedade marcada pelo domínio mercantil. É possível destacar que a classe trabalhadora brasileira, nos anos 1930 a 1980, se viu perante uma realidade com graves expressões da questão social, sendo necessária mobilização e organização política na busca de direitos civis, políticos e sociais, mesmo diante da repressão agravada nos períodos ditatoriais.

### **2.3- Nova atuação: reflexão referente ao movimento de reconceituação da profissão na América Latina.**

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro faz uma ruptura com suas bases constituintes, sua vinculação à elite e a doutrina católica. Na América Latina, instaurou-se o Momento de Reconceituação, que passou a ser um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente, manifestando a preocupação dos profissionais em repensar a estrutura capitalista.

O Movimento de Reconceituação, como aponta Netto (2010, página), “é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social tradicional”. Iamamoto disserta que o movimento de reconceituação “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi. (2010, p.205)

Muitas transformações foram adquiridas no cenário brasileiro com a instauração do regime militar, recorrendo a repressões e violações de direitos. O Estado antinacional passou a interlaçar as questões sociais, não somente com repressões, mas também com políticas sociais compensatórias, a fim de controlar sua população. Este cenário também o desencadeou no âmbito do Serviço Social, que se viu diante de novas demandas.

No contexto da autocracia burguesa, o Serviço Social se viu frente a ter que responder as novas demandas que se apresentavam no decorrer da Ditadura Militar, já que o Serviço Social em um primeiro momento se apresentava como reprodutor das formas tradicionais do início da profissão, tais como: paliativa, caritativa, assistencialista, prática essa reforçada pela autocracia burguesa.

O nascer do movimento de reconceituação no Brasil, se deu em um cenário ditatorial, sendo caracterizado primeiramente como modernizador e logo em seguida dando início a um processo de ruptura. Estes movimentos se viram diante uma nova proposta: romper com os valores tradicionais enfrentados pelos assistentes sociais.

O Serviço Social foi influenciado por três direções profissionais: a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Estas direções foram frutos de um processo histórico e de pluralização em enfrentar a realidade social. Entretanto neste cenário também surgiu uma diversidade de discursos onde se obteve um pluralismo de grupos de vanguarda por meios científicos e de pesquisas com valorização teórica. Neste momento também se deu o afastamento da Igreja Católica, assim sendo um período marcado por mudanças de desconstrução de um conservadorismo e promoção de um caráter laico da profissão.

Com isso, o movimento de reconceituação da profissão, se viu diante de múltiplos desafios à prática profissional, considerando em sua reflexão a inserção na divisão social do trabalho. No momento de ruptura, o Brasil estava marcado por lutas e movimentos populares em oposição ao regime militar. Nesta fase, o Serviço Social, perante o projeto societário alternativo, assumiu, portanto, um posicionamento de classe vinculado e em conjunto à classe trabalhadora, associado diretamente aos grupos sociais voltados para a ideia de emancipação humana, caracterizada por direitos.

Uma das características centrais do momento de ruptura, foi o de enfrentamento a ordem societária vigente, representada através de uma perspectiva opositora à autocracia da classe burguesa, em consonância com o viés que se tornaria hegemônico na profissão, do pensamento marxista.

#### **2.4- Atuação do Assistente Social com a perspectiva marxista**

As pesquisas sociais são processos que utilizam a metodologia científica para obterem conhecimentos no âmbito social, e seu principal objetivo é descobrir respostas para problemas que acometem a sociedade, através de procedimentos científicos. Determinados pesquisadores perceberam a necessidade da junção destes pensamentos para que aferissem a realidade de modo diferente e em oposição à concepção idealista da História: a teoria marxista acredita que as certezas da História são abaladas pelo próprio movimento histórico, buscando compreender o movimento real de ideias, no qual o desenvolvimento histórico dá-se sob a tensão de forças opostas, geradas por condições materiais.

O método dialético de Karl Marx investiga o procedimento racional que se opera em um desvendamento, mostrando a realidade que é densa, pois seu método de investigação só é solucionado pela mediação histórica. Com isso, o método científico marxista procura intermediar imediatamente para uma compreensão em relação a realidade, buscando uma apreensão do real que vai do simples ao complexo, da parte ao todo, singular ao universal, do abstrato ao concreto e da aparência à essência das coisas.

É possível dizer que a teoria marxista é um método de análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflitos sociais, que utilizam uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética de transformação social. Sua metodologia utiliza inquéritos econômicos e sociopolíticos que se aplicam à crítica e análise do desenvolvimento do capitalismo e o papel da luta de classes na mudança econômica sistêmica.

A atuação do profissional de Serviço Social na perspectiva marxista, ocorreu logo após o processo de reconceituação, e estes conceitos foram adquiridos pela atuação em conjunto dos profissionais comprometidos com a capacitação, organização das massas e com a transformação da sociedade.

Segundo Iamamoto, o Serviço Social é uma profissão inserida em denominações ligadas diretamente à divisão social e técnica. Em seu livro “O Serviço Social na Contemporaneidade”<sup>8</sup> o Serviço Social é debatido por três pressupostos, sendo: primeiro pressuposto a apropriação teórico-metodológica nos campos de matrizes do pensamento social, que faz com que existam novas

---

<sup>8</sup> IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

descobertas para a caminhada do Assistente Social. O segundo pressuposto é o reconhecimento do ato político nos movimentos, como organizações de representações da categoria, voltada para uma condição que articula interesses demandados por determinados coletivos sociais. Por último, mas não menos importante temos o terceiro pressuposto que ressalta o aperfeiçoamento técnico operativo, considerando que o Assistente Social em sua inserção no mercado de trabalho e em seu fazer profissional deve agir de maneira coerente com o Código de Ética e demais regulamentos para assim obter o exercício profissional qualificado.

Em 1993, os profissionais de Serviço Social assumem um novo olhar ético para com os sujeitos, observando suas diferentes realidades sociais e totalidade. A Lei nº8.662/93 estabelece o Código de Ética do/a Assistente Social, regulamentando esta consciência profissional como um fator essencial para princípios fundamentais, tais como: a liberdade, defesa dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, democracia, equidade e justiça social, eliminação de todos os tipos de preconceito e pluralismo. Com isso o Projeto Ético Político se torna um conceito ligado ao compromisso da profissão com a classe trabalhadora.

A autonomia relativa do Assistente Social é representada por conceitos e possibilidades teórica e operativa, através de competências da profissão, problematizando expressões cotidianas para a existência de uma relação singular de direitos do usuário. Como diz Iamamoto, a relativa autonomia em sua efetivação de trabalho ainda depende da organização de atividades, juntamente com o Estado, empresa, entidades não governamentais que viabilizam que usuários tenham acesso a seus serviços.

Assim podemos destacar a instrumentalidade que se deu através da capacidade de criar condições objetivas e subjetivas, a fim de se relacionar através das construções coletivas e históricas. Dentro da instrumentalidade existem mobilizações para que possam alcançar objetivos traçados, trabalhando nas necessidades sociais com escolhas éticas, com o objetivo de suprir as demandas apresentadas pelas expressões da questão social e mediar frente as respostas do Estado, resultando nas implementações das políticas sociais.

## **CAPÍTULO 3**

### **EDUCAÇÃO POPULAR PARA UMA CIDADANIA ATIVA: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

#### **3.1- Quem foi Paulo Freire.**

Em 19 de setembro de 1921, em Recife, Pernambuco, nasceu Paulo Reglus Neves Freire, um menino que futuramente traria contribuição gigantesca para o mundo, no que tange aos estudos em educação. Filho de um oficial da Polícia Militar de Pernambuco, Joaquim Temístocles Freire, e de uma dona de casa, Edeltrudes Neves Freire, Paulo era o quarto e último filho do casal. Aos dez anos, o menino presenciou as consequências da crise de 1929 atingirem sua família. O pai, Sr. Joaquim, devido a problemas de saúde foi reformado com a patente de capitão e como o seu soldo já não bastava para manter as despesas da ampla casa onde moravam, os Freire se viram obrigados a mudar-se para Jaboatão dos Guararapes, a fim de se assentarem em um local com um menor custo de vida. A mudança de casa representou também uma mudança de vida, tratava-se do deslocamento do menino antes de classe média, para uma experimentação da pobreza e até mesmo ameaça de fome. Os dois anos que se seguiram não foram fáceis e dois anos após a mudança, em 1934, seu pai veio a falecer aos 54 anos.

Em Jaboatão, Paulo cresceu e completou o ensino fundamental. Devido a morte do pai e o agravamento da crise financeira da família, seus irmãos começaram a trabalhar e ajudar nas despesas da casa, enquanto Paulo, por ser o mais novo, pôde ser poupado. Seguir com os estudos não foi fácil, pois ali não havia escola secundária. Com o desejo de que o filho seguisse com os estudos, a

mãe Tudinha teve de matriculá-lo em um colégio privado em Recife. Paulo já estava atrasado nos estudos, mas aos 16 anos, passou a diariamente pegar um trem para 45 minutos depois chegar à escola da cidade vizinha. Enquanto isso, Tudinha buscou incessantemente encontrar uma nova escola que lhe concedesse uma bolsa. E assim foi que Paulo seguiu os estudos no Colégio Oswaldo Cruz em Recife. Assim, Paulo concluiu o ensino secundário em sete anos e dois ciclos:

“fundamental” que durava cinco anos e um segundo ciclo, complementar, onde optou pelo “Pré-Jurídico” que durava dois anos e preparava para o ensino superior em Letras ou Humanidades. Devido aos esforços da mãe, Paulo Freire pôde ter uma formação educacional diferenciada e muito além da sua classe social naquela época.

Foi ainda no Colégio Oswaldo Cruz onde Paulo Freire se descobriu como docente, conforme Haddad:

“Nos dois últimos anos do secundário, durante o curso Pré-Jurídico, foi convidado a exercer a função de "auxiliar de disciplina" e ensinava os alunos mais novos. Mais tarde, quando já frequentava o primeiro ano da Faculdade de Direito, tornou-se o professor de Língua Portuguesa a convite do diretor Aluízio Araújo. A sugestão foi de José Pessoa, o antigo titular da vaga, que se mudava de Recife e que teve em Paulo um de seus melhores alunos. O sonho de ser professor estava se realizando. Sua primeira aula foi acompanhada pelo diretor, que assistiu a seu desempenho sentado entre os alunos. No final, Paulo recebeu uma avaliação positiva, mas ouviu que a aula havia sido um pouco acima do nível adequado aos alunos. Foi sua primeira aprendizagem como professor, adequar o conteúdo das suas aulas ao estudante.” (HADDAD, 2017, p.34)

Assim Paulo Freire tornou-se professor de Língua Portuguesa, lecionando em alguns colégios de Recife e dando aulas particulares, o que o permitia ajudar com as despesas de casa. Paulo e a família puderam voltar em 1941 para Recife, graças ao trabalho dos filhos, em situação muito melhor do que quando saíram. Paulo Freire assim dedicou os primeiros anos da década de 1940 ao estudo de gramáticos brasileiros e portugueses e também ao aprimoramento de suas aulas. Foi nestes anos também que conheceu Elza Maia Costa, professora primária que o procurou para aulas particulares, e os dois vieram a se casar em 1944. Em 1947 Paulo se formou na Faculdade de Direito de Recife.

Ainda em 1947, Paulo Freire recebeu um convite de seu amigo e sócio, Paulo Rangel Moreira, para trabalhar no recém-criado Serviço Social da Indústria, o SESI, na Divisão de Educação e Cultura. Lembrando-se de um episódio anterior onde sentiu-se extremamente incomodado no seu trabalho como advogado quando teve de cobrar dívidas de um cliente e com o argumento de Rangel de que o cargo proposto era no campo da educação, Paulo aceitou o novo emprego abandonando definitivamente a profissão de advogado. Conhecedor da natureza política do SESI, Paulo Freire, Paulo Rangel e Cid Sampaio (engenheiro e empresário à frente do SESI), foram responsáveis pelas primeiras atividades da organização na cidade de Pernambuco. E em pouco tempo, Paulo Freire saltou da posição de assistente da Divisão de Educação e Cultura para diretor dessa mesma divisão. Permaneceu no SESI por 17 anos dedicando-se à formação de educadores e à criação de círculos de diálogo entre pais e docentes.

Na década de 1960, Paulo assume cargo de professor na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, tendo a sua tese “Educação e Atualidade Brasileira” aprovada pela instituição. Foi em 1962 que, a convite, Paulo Freire

aplica o seu recém-criado método de alfabetização no município de Angicos, sertão do Rio Grande do Norte. Este momento foi um verdadeiro divisor de águas, pois o sucesso do método e o seu pioneirismo tornaram-se muito efetivos na alfabetização de trabalhadores rurais iletrados, jovens e adultos: “Trezentos homens eram alfabetizados em Angicos em menos de 40 horas. Não só alfabetizados. Trezentos homens se conscientizavam e se alfabetizavam em Angicos. Trezentos homens aprendiam a ler e a escrever e discutiam problemas brasileiros” (HADDAD, 2017, p.54)

O sucesso do método de alfabetização de Freire ganha o interesse do então presidente João Goulart em janeiro de 1964 que assina um decreto criando o Plano Nacional de Alfabetização, onde Paulo Freire seria o coordenador, contudo, meses após o plano é abolido e João Goulart deposto com o golpe militar. Tomando ciência do caráter conscientizador do método de Freire, o governo militar passa a persegui-lo. Após ser detido, Freire se exila na Bolívia e durante a vigência do governo militar no Brasil, passa a residir nos Estados Unidos e em Genebra. Também visita vários outros países ao redor do mundo sempre estudando e aprimorando os seus conhecimentos. Dessa forma em 1965 publica seu primeiro livro: “A Educação Como Prática da Liberdade” e em 1968, no Chile, finaliza sua obra mais notória, “Pedagogia do Oprimido”, que viria a ser publicado somente em 1974.

Em 1980 Paulo Freire enfim retorna ao Brasil onde passa a lecionar na PUC-SP e na Unicamp. E entre 1989 e 1991 atua como secretário municipal de educação da cidade de São Paulo, no governo de Luiza Erundina (PT-SP), destacando-se no cargo pelo pioneirismo em discussões sobre o currículo escolar

e programas em tecnologia da educação. Em 1996 fala sobre educação como ato político e a valorização do diálogo em seu livro “Pedagogia da Autonomia”.

Ao longo de sua trajetória, Paulo Freire se dedicou ao estudo e prática da profissão de educador, sendo autor altamente reconhecido e prestigiado ao redor do mundo. Ganhou o Título de Doutor Honoris Causa em quase 40 universidades em diversos países. Segundo o jornal Folha de São Paulo, na atualidade é o único autor brasileiro entre os 100 mais citados no Google Scholar.

Paulo Freire faleceu em dois de maio de 1997, no Hospital Albert Einstein, São Paulo, devido a um infarto. Deixou esposa, cinco filhos e uma contribuição imensa aos estudos pedagógicos para toda a Humanidade.

### **3.2- Cidadania na perspectiva de Paulo Freire.**

As ideias freirianas são baseadas em uma perspectiva política ativa e em uma pedagogia crítica, que busca a liberdade e autonomia do indivíduo. É através deste meio que o cidadão irá se transformar e se reconhecer como um ser social, para que possa gozar de seus direitos civis, políticos e sociais e de seus deveres. Para Freire, a educação é a porta de entrada para que cidadãos possam usufruir de conceitos e conhecimentos a fim de exercerem uma cidadania ativa. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (FREIRE, 1995, p.74)

O indivíduo é visto como um ser inacabado, pois de acordo com o autor<sup>9</sup>, a espécie humana é caracterizada pela construção da história. É a partir dela que o sujeito se constrói e irá construir diferentes experiências e vivências. Isto é, cada

---

<sup>9</sup> FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo. Cortez, 1989.

sujeito se torna exclusivamente único e inacabado, visto que a vivência humana é adquirida através de experiências de diferentes realidades, racionalidades e corporeidades, e que estas experiências podem adentrar a novos saberes por meio do presente e futuro.

O neologismo verbal esperar, para o autor, é o movimento central de sua tese, permeando a educabilidade de cada sujeito inserido no mundo. A partir do momento em que o indivíduo é capaz de compreender que uma história no presente é inacabada, é possível se pensar em seres conscientes que estão cientes de uma natureza social. Com isso é possível enfatizar que: “História compreendida aqui como possibilidade, isto é, o amanhã é problemático e é construído mediante a ação transformadora no hoje.” (FREIRE, 2000<sup>a</sup>, p.40)

A educação popular – defensora de uma sociedade justa e democrática, que extermina todos os tipos de preconceitos e alienação, cujo objetivo é de obter uma consciência das reais condições impostas em sua realidade e de suas problematizações – estaria de fato se concretizando, caso incluísse em seus princípios uma educação democrática e participativa. Seu trabalho é formar indivíduos para a cidadania, como pronuncia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Constituição Federal de 1988, e não apenas para uma formação trabalhista.

A educação no sistema capitalista é voltada para suprir as expectativas impostas por um ideário mercantil – que tudo transforma em mercadoria – e a partir deste cenário na sociedade naturalizou-se a ideologia hegemônica burguesa através da remodelação do sistema de ensino. Esta remodelação educacional é caracterizada pelas demandas impostas pelo sistema, resultando em uma dualidade entre educação para o trabalho e outra para a formação intelectual.

Falar em educação voltada para a formação de força de trabalho, no Brasil, significa compreender o dualismo entre educação e trabalho, ofertado para classes subalternas, diferente da classe dominante para quem se oferecia educação voltada para uma formação intelectual.

Paulo Freire, destaca a seriedade caracterizada pelo acesso ao ensino escolar e também ao não formal. Educação não formal é caracterizada pelos aprendizados adquiridos fora do espaço escolar, e apresenta-se pelas próprias experiências adquiridas pelos sujeitos no decorrer de suas trajetórias, completando a educação formal e tradicional, aquela em que é transmitida através do acesso à escola.

A inserção de sujeitos na escola, assim como a universalização do acesso à escola pública, pode contribuir para a construção e ampliação da cidadania no país. Juridicamente, cidadão é aquele que goza de direitos sociais, civis e políticos sob um Estado nacional. Em um conceito mais extenso, a cidadania deve compreender a qualidade de ser cidadão, conseqüentemente sujeito de direitos e deveres.

É possível alinhar o acesso ao conteúdo formal adquirido dentro da sala de aula com o acesso às temáticas de importância para a construção dos direitos garantidos por lei, tais como a consciência dos direitos à saúde, segurança, educação, moradia, trabalho, lazer, e demais, garantidos pela legislação brasileira. Abordar a temática cidadania na educação contribui para a obtenção de maiores conquistas para a população brasileira, posto que estas temáticas perpassam caminhos desde a construção do indivíduo à vivência político-coletiva em organizações da sociedade civil, efetivando uma cidadania ativa. Entretanto, valores tradicionais/conservadores ainda prevalecem inseridos em nossas

culturas, o que exige a compreensão de que a luta pela ampliação da cidadania, assim como da democracia, mesmo que por dentro da ordenação liberal-burguesa, significa um processo permanente de organização das classes subalternas contra as amarras dos domínios do capital.

### **3.3 – A importância da educação popular para uma cidadania ativa.**

No Brasil, alguns grupos pertencentes as classes subalternas vêm persistindo e buscando avançar e ampliar aspectos políticos para efetivação de um Estado democrático de direito. Para se pensar na efetivação de direitos democráticos, é preciso refletir a partir da educação das cidadãs e dos cidadãos em consonância ao respeito e o direito de todos os indivíduos, como elemento central de uma vida plena.

A formação cidadã é caracterizada por atuar na ampliação do exercício da cidadania, estas contribuições estão em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos – proclamada no dia 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, um marco na história dos direitos humanos. Este documento inspirou diversos países a adotarem-no, sendo traduzido para mais de 500 idiomas – cujo objetivo é de reconhecer os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua “raça”, gênero, etnia, nacionalidade, regionalidade, culturalidade e/ou quaisquer outras condições.

Candau <sup>10</sup>, reflete sobre a importância de se promover processos educacionais voltados para os Direitos Humanos, enfatizando a transcendência da

---

<sup>10</sup> CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Rev. Bras. Educ.* 2008, vol.13, n.37, pp.45-56.

sensibilização e da consciência de sujeitos históricos e sociais, promovendo processos multidimensionais através da formação dos discentes; a articulação entre as atividades que enfatizam a cultura de direitos humanos no sistema educacional; e os processos individualizados, caracterizados pelo desenvolvimento da consciência de cada sujeito em sua realidade.

Pensar em educação popular na atualidade é reconhecer na educação em direitos humanos um dos caminhos mais importantes para concretizar uma cidadania ativa. Assim é possível afirmar que uma educação formal voltada para a formação cidadã, possui um papel efetivo para a conscientização dos sujeitos de seus direitos, pautada sobre o respeito aos seres humanos em sua totalidade, a liberdade, a dignidade, e excluindo toda forma de discriminação, cultura, intolerância, preconceitos, racismo e violências sociais.

É preciso refletir através do campo educacional formal, das redes de ensino público e privado, para que se possa reelaborar diretrizes curriculares voltadas para o reconhecimento do sujeito em sua totalidade, em defesa e ampliação dos direitos garantidos e de sua conscientização enquanto sujeito social.

A partir desta dimensão, é preciso analisar, refletir e enfrentar as formas de opressão que buscam silenciar as vozes de grupos sociais, excluindo-os do exercício da cidadania. Dessa forma torna-se possível reconhecer tais grupos, dar-lhes voz e superar todas as desigualdades sociais no território brasileiro. É preciso romper com todas as barreiras geradas pelas formas de dominação, a fim de fomentar uma educação formal e/ou não formal através da perspectiva dos direitos humanos e de uma formação cidadã, constituindo uma cultura gerada através da democracia e do respeito.

### **3.4- Interdisciplinaridade entre a atuação dos profissionais de Serviço Social e de Pedagogia**

O debate sobre a interdisciplinaridade surgiu internacionalmente, na década de 1960, em movimentos estudantis através de novos olhares para educação, e seu objetivo era obter a superação do pensamento positivista, resultando em uma reconceituação dos fenômenos e processos de ensino. Seu papel prevalece através de novos horizontes a serem traçados, por meio do enfrentamento dos fragmentos e de paradigmas enfrentados pelas profissões, permitindo reflexões representadas por diversos segmentos, englobando novos saberes, conceitos, valores, culturas, hipóteses etc.

A prática das/os Assistentes Sociais, garantidas pelo Projeto Ético Político da profissão permeia ações voltadas para a compreensão da totalidade do indivíduo, entendendo o sujeito por suas ações históricas, geográficas, culturais etc. Fazenda, em sua obra Didática e interdisciplinaridade destaca que o trabalho do assistente social:

[...] tem um fundamento humanista para entender a realidade social, já que ressalta a concepção evolutiva e negociada da ordem social. O mundo social não é fixo nem estático, mas, sim, mutável e dinâmico. (FAZENDA, p.100)

O termo interdisciplinaridade irá representar os rompimentos das fronteiras criadas pelas disciplinas, geradas através do sistema capitalista, através das divisões profissionais e técnicas do trabalho. A partir deste conceito, a interdisciplinaridade partirá de encontro ao rompimento das fragmentações das profissões, explicitando que algumas destas profissões não irão dar conta de suas demandas de forma isolada.

Com isso, é possível adentrar o conjunto das práticas para uma transformação de diferentes realidades históricas e sociais, práxis que se torna capaz de interligar a subjetividade e a objetividade. Esta prática está caracterizada através de um processo reflexivo, articulado, integrado e vivo, partindo do processo mútuo ao unificado, excluindo todo paradigma da hierarquização dominante.

A abordagem interdisciplinar na profissão do Serviço Social, iniciou-se através do diálogo entre as demais disciplinas, partindo para a construção do conhecimento dos profissionais acerca do seu trabalho. De acordo com Lamamoto, a interdisciplinaridade representa a defesa de novos tipos de indivíduos, caracterizados pela democratização, flexibilização e abertura, visto que a atualidade é representada pela formação de indivíduos polivalentes.

A inserção do assistente social em um ambiente educacional proporcionará, juntamente com a equipe escolar, melhor asseguramento ao direito de acesso e permanência na escola; contribuição para a garantia das condições de pleno desenvolvimento, ampliação e fortalecimento da participação da comunidade no sistema de ensino; e também demandas apresentadas em diferentes regionalidades e/ou turnos. A partir deste ponto é possível pensar que a/o Assistente Social agregará saberes e conhecimentos da profissão, juntamente com a equipe escolar, para que possam realizar uma intervenção multiprofissional visando melhoria de qualidade de ensino e maior inclusão escolar.

### **3.5- A atuação do assistente social na perspectiva educacional para uma cidadania ativa e preparada para a garantia de direitos**

O Serviço Social na América Latina apresenta uma trajetória histórica marcada por sua reinvenção nos últimos 40 anos, caracterizados pelos avanços das construções de defesas das classes subalternizadas, bem como a criação do Projeto Ético-Político da profissão, que busca eliminar todos os tipos de opressão, exploração e preconceito (CFESS, 2016). O Projeto Ético Político é constituído por suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operatórias, marcadas por sua compreensão da questão social.

Esta ação possibilita a ampliação de uma compreensão crítica que agrega todos os indivíduos, aproximando a ampliação e aprofundamento das temáticas acerca das expressões das desigualdades sociais, estruturando uma leitura de realidade.

A luta pela inserção da/o profissional de Serviço Social na educação vem se construindo desde a década de 1990, em consonância com o amadurecimento do Projeto Ético Político. Esta ação possibilitou gradativamente novos olhares profissionais para a intervenção do Serviço Social na educação, ganhando espaços e organizações na agenda da categoria profissional no Conselho Federal de Serviço Social – cuja atuação é caracterizada pela atribuição de: orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional – em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social.

Em 2001, mesmo ano em que foi realizado o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, foi criado um Grupo de estudos com a temática: Serviço Social na Educação, cujo objetivo era contribuir para os debates que se apresentavam no cenário nacional. Foi apontada e levantada a função da escola, entendendo o acesso à mesma como um direito social. A contribuição do Serviço

Social reforça a tese do acesso e garantia do direito à educação, além das condições para a permanência na escola.

O professor Ney Teixeira de Almeida, em 2004, foi nomeado para participar da elaboração de um parecer, a partir dos projetos de lei que instauravam a inserção do/a Assistente Social no campo educacional, produzindo o “Parecer sobre os projetos de Lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”. Levou-se quase duas décadas para a construção da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a inserção da Psicologia e do Serviço Social na educação básica pública, garantindo o trabalho em equipe para desenvolver ações de melhoria e qualidade da comunidade escolar.

Para o autor, a educação é primordial para que os indivíduos adquiram uma vida social no sentido de uma esfera ligada diretamente ao âmbito das lutas sociais, de forma a contribuir para a efetivação de propostas de superação da sociedade capitalista e de suas formas de opressão que nos são impostas. A educação emancipatória possui o caráter de refletir e agir para transformar as escolas, docentes, discentes, autoridades, gestores e toda sociedade de forma geral para a construção de um viés crítico e que observe diferentes realidades.

A partir deste caminho é possível dialogar com a educação popular libertadora que representa os movimentos sociais a partir da problematização de uma determinada localidade e de seu contexto social e histórico. Para Luna Contrera <sup>11</sup> educação popular libertadora é contextualizada com diversos movimentos e historicidades, onde há vozes e histórias que foram silenciadas,

---

<sup>11</sup> IERVOLINO, Thais. Diálogo virtual destaca caminhos para educação emancipadora na América Latina e no Caribe.

como reafirmam os movimentos indígenas, LGBTQIA+, negro, feministas, operário, dentre outros.

Desse modo, para os Assistentes Sociais questões podem ser apontadas sobre a atuação profissional na política educacional, permeando a compreensão da complexidade das relações entre Estado e sociedade civil. Tal cenário está presente em todos os âmbitos compostos pela Educação Básica, constituída pelos níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, além das modalidades Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação Especial.

Outro ponto a ser destacado é a compreensão sobre a organização e execução destes níveis e modalidades, e a quem competem as responsabilidades: União, estados e municípios. Quanto ao reconhecimento das políticas educacionais como representações do protagonismo dos sujeitos sociais, o assistente social, portanto, deve entender historicamente as ofertas e regulações educacionais.

A inserção do Serviço Social no campo educacional deve representar e executar estratégias de enfrentamento de uma ou mais expressões da Questão Social que se apresentem nas realidades mobilizadas em torno do ambiente escolar, o que contribui para a compreensão de que a atividade pedagógica educadora não cabe na superada visão da educação bancária, aquela em que o docente vê o discente como um banco onde se deposita o conhecimento.

Neste sentido é possível ampliar o debate acerca da educação popular e sua importância, através do Serviço Social. A educação popular é reconhecida desde a década de 1960, a partir dos movimentos educacionais que se utilizam da

categoria popular<sup>12</sup> sistematizada por Paulo Freire. Com isso é preciso refletir acerca da educação popular de forma ampla e profunda, em uma sociedade dividida por classes, “raças” e gêneros. Freire destaca que é como se estivéssemos nadando contra a correnteza.

Neste sentido é possível entender que a educação é caracterizada por uma função social, representada pela sistematização dos conteúdos e de reconhecimento de uma ou mais realidades. A escola não deverá mais reproduzir conteúdo representados por uma ação mecânica, utilizando como exemplo o clássico de Freire “A Eva viu a uva”. Antes, o discente precisará compreender qual a posição que Eva ocupa no contexto social, para que possa de fato compreender a realidade produzida através da uva.

O despertar da consciência de classe do indivíduo, através do processo educacional proposto por Freire, ou seja, uma educação libertadora, permite que o mesmo esteja a par de seus direitos e deveres e que, portanto, possui o direito e dever de reivindicá-los junto ao Estado:

Os grupos populares certamente têm o direito de organizar-se [...]. Têm o direito inclusive de exigir do Estado, através de convênios de natureza nada paternalista, colaboração. Precisam, contudo, estar advertidos de que sua tarefa não é substituir o Estado no seu dever de atender às camadas populares. (Freire, 2007, p. 78)

---

<sup>12</sup> “Seu movimento começou em 1962 no Nordeste — a região mais pobre do Brasil, cerca de 15 milhões de analfabetos para uma população de 25 milhões de habitantes. Nesta etapa inicial, a “aliança para o progresso”, que fazia da miséria nordestina seu leitmotiv no Brasil, interessou-se pela experiência (que abandonou, mal se concluía) realizada na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. (FREIRE, 1997, p.17)

Desta forma, fica evidente que a educação popular e a inserção dos/as assistentes sociais no campo educacional é voltada para uma participação dialética, sendo representada pela práxis que por sua vez possui compromisso com o rompimento das opressões e dominações, a fim de garantir a libertação, conscientização, diálogo e participação na construção da cidadania da classe trabalhadora.

É preciso destacar que o profissional do Serviço Social se distingue da representação da militância política, sendo caracterizado por seu exercício profissional assalariado que se faz valer da divisão técnica do trabalho. É importante citar que claramente o profissional de Serviço Social estará sempre em uma posição de contraponto com a classe dominante.

Em dezembro de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei 13.935, que apresenta a prestação de serviços de profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, a fim de desenvolver ações para melhoria do processo de ensino-aprendizagem:

Art. 1º As redes públicas de Educação Básica contarão com serviços de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. (BRASIL, Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019)

A publicação e regulamentação desta lei é reconhecida como uma conquista dos profissionais de Serviço Social, Psicologia e da Educação Básica, visto que é preciso reconhecer a conjuntura atual apresentada no Brasil, caracterizada por retrocessos e desmontes de direitos conquistados nas lutas populares.

Entretanto, este espaço conquistado legalmente em 2019 pouco foi operacionalizado devido ao atual governo de Jair Bolsonaro, caracterizado por discursos de ódio e violência. Suas ações provocaram o desmonte dos direitos trabalhistas e da Previdência Social, ataques aos estudantes e trabalhadores da área educacional, o sucateamento do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. É preciso compreender que estas ações já eram apresentadas desde o início de sua gestão, sendo reflexo do desejo de uma parcela conservadora da sociedade brasileira pela qual foi eleito.

A partir deste governo é possível enxergar de forma clara o ódio à população negra, indígena, as mulheres, LGBTQIA+ e demais minorias que vão contra o sistema de dominação imposto pelo conservadorismo. Assim é possível dizer que, a luta pelos profissionais de Serviço Social e Psicologia nas escolas é grande, sendo oprimida pelo sistema atual que enfrentamos.

Outro fator resultante do adiamento da efetivação destes profissionais na educação, foi o novo cenário mundial pandêmico causado pelo novo Coronavírus/Covid-19 em 2020. De acordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, foi e é preciso, manter o distanciamento social, impactando diversas áreas profissionais, como a dos profissionais de Serviço Social.

A atuação dos profissionais de Serviço Social, se viu diante uma nova realidade a ser enfrentada, caracterizada pela redução de carga horária e fechamento de alguns campos de trabalho. O ambiente educacional caminhou para o mesmo destino, e todas as dificuldades impostas pela gravidade da situação sanitária levaram a adiamentos que exigirão todo o comprometimento ético-político no momento pós pandêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo analisamos diversos avanços e mudanças nas políticas educacionais brasileiras nas últimas oito décadas. Neste período foram observadas as reviravoltas políticas do país que passou por duas ditaduras e um período de redemocratização ainda muito recente. A figura de Paulo Freire como educador, teórico e acadêmico se destacou como referência para as políticas educacionais, mesmo tendo suas propostas em território nacional interrompidas pela Ditadura Civil-Militar.

Em um segundo momento refletiu-se a instauração da profissão de Serviço Social em específico no território brasileiro e sua atuação profissional, com um caráter voltado para a filantropia e caridade. A partir da década de 70, foi debatido sobre uma nova atuação profissional, reconhecida como o momento de reconceituação do Serviço Social, resultando em inúmeros debates acerca da profissão e de uma ação voltada para a compreensão dos sujeitos e reconhecimento de seus direitos.

Por fim, foi realizada uma mini bibliografia sobre a trajetória de Paulo Freire e seus marcos deixados para a sociedade. Diante disso, foi apresentado o conceito de cidadania e a importância da participação política autônoma e coletiva para alcançar uma cidadania plena, condição, portanto, para ampliar a democracia. O autor e assistente social Ney Teixeira, foi reconhecido como um dos principais nomes na profissão, a pensar o Serviço Social na Educação, contribuindo com importantes formulações que permitiram avanços neste debate. Com isso, é possível dizer que a educação nesta perspectiva já vem avançando, sendo importante lembrar que esta luta ainda é contínua.

O ano de produção deste Trabalho de Conclusão de Curso é o centenário de Paulo Freire, que contribuiu pedagogicamente não só para a população brasileira, mas em caráter mundial, com ações voltadas para o reconhecimento do sujeito, através do diálogo dos conhecimentos adquiridos por sua bagagem cultural, familiar e regional. Para ele, nenhum sujeito deve ser visto através da impossibilidade e sim através de sua potencialidade, valorizando, portanto, um sujeito por completo. Para que esta ação se concretize, é preciso romper com barreiras impostas desde milênios, no qual, ainda se vive em um sistema de opressão. Com isto, é preciso obter um olhar crítico através do sistema que é imposto na atualidade brasileira, lutando contra a hegemonia burguesa.

Este trabalho apresentou a busca de conhecimentos através da interdisciplinaridade entre os assistentes sociais e pedagogos, para que possam adquirir um olhar qualificado, uma escuta profissional e uma ação interventiva na busca da inclusão e promoção dos sujeitos de todas as camadas sociais. Com isso, cabe ao trabalho unificado com os gestores educacionais, discentes, comunidade escolar e demais profissionais, a articulação em conjunto para que todos os indivíduos possam usufruir de seus direitos de forma plena.

Cabe destacar que, a ação profissional interdisciplinar e multidisciplinar deve ser feita em conjunto com toda a rede regional, conhecida como porta de entrada dos usuários, como por exemplo: a Unidade Básica de Saúde da Família e o Centro de Referência da Assistência Social. Com esta articulação, caso necessário, é possível realizar um trabalho em conjunto na busca da efetivação e consciência de direitos.

A proposta e implementação da Lei 13.935/2019, que visa a efetivação

de Assistentes Sociais e Psicólogos na rede educacional, irá motivar novos estudos e debates, visto que se trata de uma nova realidade imposta para os profissionais de Serviço Social. Em relação a trabalhos e debates futuros visamos fornecer uma aproximação entre as diferentes áreas profissionais no que diz respeito a ações voltadas para a promoção dos direitos humanos através da educação popular, com acesso universal e condições de permanência com qualidade nas escolas, espaço privilegiado para a observação e enfrentamento das diversas expressões da questão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ERA VARGAS: dos anos 20 a 1945: **Anos de Incerteza (1930 - 1937)**. Ministério da Educação. FGV CDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>>. Acesso em: 03 set. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Jango: dez anos de incerteza e esperança** (32 min).

Youtube, 18 de ago. de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=C4Hh9XScQ5I>>. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. SAVIANI, D. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-ebases-da-educacao-nacional-ldbem>>. Acesso em: 08 Setembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.935/2019 - **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.**

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm)> Acessado em 05 Outubro de 2021.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre digualdade e diferença.** *Rev. Bras. Educ.* 2008, vol.13. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782008000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acessado em 03 Novembro de 2021.

CFESS, **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de**

**Educação.** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS SUBSIDIOS-AS-](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-)

[EDUCACAO.pdf](#)> Acesso em: 07 Agosto de 2021

CHARTIER, Roger. **Pierre Bourdieu e a história: Debate com José Sérgio Leite**

**Lopes.**

Disponível

em:

<<https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/bourdieueahist%C3%B3ria.pdf>> Acesso

em: 03 set. 2021.

DINIZ, Castro. **História da educação brasileira na Era Vargas (1930-1945).**

Youtube, 24 de jul. de 2020. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=JhFCaUBpxM>>. Acesso em: 03 set. 2021.

ELY, Fabiana Regina. **Serviço Rocias e interdisciplinaridade.** 2003. Disponível

em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7123/6625>>.

Acesso em: 03 set. 2021.

FAZENDA, Ivani C. C. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.**

Campinas: Papirus, 2001.

FAZENDA, Ivani. C. C. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.**

São Paulo. Cortez, 1989

FREIRE, Paulo (1977). **Ação cultural para a liberdade.** 2ª ed.(1ª edição: 1975).

Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma**

**introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes,

1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do**

**oprimido.** 4ª ed. (1ª edição: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997

GRENFELL, Michael. Pierre Bourdieu: **Agent Provocateur**. Estados Unidos da América: Editora Continuum, 2004.

HADDAD, S. **O educador: um perfil de Paulo Freire**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade - Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Ed. Cortez, SP, 1982.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude. **A Profissão do Sociólogo - Preliminares Epistemológicos**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento** / Pierre Bourdieu; tradução: Daniela Kern; Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

PILAR SALGADO, C.; CAROLINE BARRÊTO DE CARVALHO, C.; PATRÍCIA LIRA MIRANDA., L.; GOIN, M. **Fundamentos Históricos Teórico- Metodológicos do Serviço Social e a formação da identidade profissional**. v. 3, n. 1, 3 fev. 2013. RIBEIRO. Alessandra. BRAGA. Maria Elisa dos Santos et al. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação** Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. 2013.

Disponível

em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)

RUIZ, Jeferson Lee de Souza; PEQUENO, Andreia Cristina Alvez. **Direitos Humanos e Serviço Social**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.

SAMPAIO, C.C. **Interdisciplinaridade em questão: Análise de uma política de saúde voltada à mulher**. In: SÁ, J. L. M. de (Org.). Serviço Social e Interdisciplinaridade: Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no Ensino, Pesquisa e Extensão. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, G. V. **Capital de cultura, classe e gênero em Bourdieu**. Disponível em: <https://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf> Acessado em 03 de dezembro de 2021.

VILELA, Thiago. **Linha do Tempo da História da Educação no Brasil**. OCOMPRESSIDO.com, 2018. Disponível em:

<<https://www.ocomprimido.com/dosediaria/linha-do-tempo-da-historia-da-educacao-no-brasil/>>. Acesso em: 03 setembro 2021.